

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permanecemos à disposição para esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	10	88.506	63.787	Fornecedores	19	250.018	228.024
Contas a receber	11	734.022	484.904	Cessão de crédito por fornecedores	20	397.453	386.550
Estoques	12	873.951	599.117	Empréstimos e financiamentos	21	8.860	24.313
Tributos a recuperar	13	37.095	31.731	Salários a pagar		94.646	85.241
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	6.407	5.222	Tributos a recolher	23	41.054	38.180
Outros ativos	14	25.470	24.256	Dividendos a pagar		7.662	-
		1.765.451	1.209.017	Impostos de renda e contribuição social a pagar		77	3.941
Não circulante							
Realizável a longo prazo		-	-	Instrumentos financeiros derivativos	4.f	18.866	25.471
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11.322	-	Contas a pagar	24	106.065	97.937
Tributos a recuperar	13	41.143	34.297			924.701	889.657
Outros ativos	14	10.499	12.566	Não circulante			
		62.964	46.863	Empréstimos, e financiamentos	21	4.576	44.887
Investimentos	16	46.814	46.470	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	59.062	30.903
Imobilizado	17	1.646.878	1.231.767	Provisões para contingências	25	14.603	12.393
Intangível	18	461.959	313.040	Contas a pagar	24	7.328	7.217
		2.155.651	1.591.277			85.569	95.400
		2.218.615	1.638.140	Total do passivo		1.010.270	985.057
Total do ativo		3.984.066	2.847.157	Patrimônio líquido			
				Capital social	26.a	2.708.560	1.663.560
				Reserva de capital	26.b	15.066	12.833
				Adiantamento para futuro aumento de capital	26.c	164.237	200.300
				Ajustes de avaliação patrimonial	26.e	51.076	24.742
				Reservas de lucros	26.d	11.872	10.260
				Dividendos propostos		22.985	-
				Prejuízos acumulados		-	(49.595)
						2.973.796	1.862.100
				Total do passivo e patrimônio líquido		3.984.066	2.847.157

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais										
Saldos em	Nota	Reserva de capital			Reserva de lucros			Total		
		Capital	Reserva para futuro aumento de capital	Opções de compra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos			
1º de janeiro de 2020		1.293.969	120.000	-	9.775	29.363	10.260	-	(68.140)	1.395.227
Capital integralizado	26.a	369.591	(250.000)	-	-	-	-	-	-	119.591
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.c	-	330.300	-	-	-	-	-	-	330.300
Opção de compra de ações	26.b	-	-	-	3.058	-	-	-	-	3.058
Resultado líquido do exercício	26.e	-	-	-	-	-	-	-	18.545	18.545
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos		-	-	-	(4.621)	-	-	-	-	(4.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.663.560	200.300	-	12.833	24.742	10.260	-	(49.595)	1.862.100
Capital integralizado	26.a	1.045.000	(337.950)	-	-	-	-	-	-	707.050
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.c	-	301.887	-	-	-	-	-	-	301.887
Opção de compra de ações	26.b	-	-	-	2.233	-	-	-	-	2.233
Prejuízo acumulado do período	26.e	-	-	-	-	-	-	-	81.854	81.854
Constituição de reserva legal	26.e	-	-	-	-	-	1.612	-	(1.612)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	(4.860)	(4.860)
Dividendos adicionais propostos	26.e	-	-	-	-	-	-	22.985	(19.340)	3.645
Dividendos mínimos obrigatórios	26.e	-	-	-	-	-	-	-	(6.447)	(6.447)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	26.e	-	-	-	-	26.334	-	-	-	26.334
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.708.560	164.237	-	15.066	51.076	11.872	22.985	-	2.973.796

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Massageol, Neosor, Torxilax e Virineo, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O parque fabril da Companhia - com cerca de 150 mil metros quadrados de área construída - está localizado em Anápolis-GO, e as vendas de mercadorias ali produzidas são substancialmente realizadas para a controladora Hypera S.A.. Em Barueri, a Companhia mantém centros de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade atual para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermocosméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. Está em processo de instalação de uma nova unidade para fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos em Goiânia-GO. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2022. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas consolidadas pela Companhia conforme permitido pelo item 4 (iv) do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, já que sua controladora Hypera S.A., apresenta demonstrações financeiras consolidadas. **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados, descontinuados ou classificados como mantido para venda são divulgadas nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia: (i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no período corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em período anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. (ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 15. **c. Novas Normas e interpretações ainda não efetivas: Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2021	2020
Operações continuadas			
Receita líquida	27	2.263.161	1.621.194
Custo das vendas	28.a	(1.958.107)	(1.362.939)
Lucro bruto		305.054	258.255
Despesas com vendas e marketing	28.a	(90.576)	(171.435)
Despesas administrativas e gerais	28.a	(58.947)	(51.923)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	28.b	(32.266)	9.826
Equivalência patrimonial		361	(5.871)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		123.626	38.852
Receitas financeiras	28.c	4.786	3.012
Despesas financeiras	28.d	(10.015)	(11.268)
Despesas financeiras, líquidas		(5.229)	(8.256)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		118.397	30.596
Imposto de renda e contribuição social	22.c	(36.210)	(10.797)
Resultado líquido das operações continuadas		82.187	19.799
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas	15	(333)	(1.254)
Resultado líquido do exercício		81.854	18.545
Resultado por ação (em R\$)		0,08479	0,03314
Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
		2021	2020
Resultado líquido do exercício		81.854	18.545
Outros resultados abrangentes		-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado		-	-
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo		77.453	(7.001)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		(26.334)	2.380
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		51.119	(4.621)
Resultado abrangente do exercício		132.973	13.924

dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Contabilidade de hedge:** A IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requisitos de equilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não financeiro quando este for reconhecido. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesas financeiras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4 Classificação, Reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clien-

Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas		
	118.064	29.342
Ajustes		
Depreciação e amortização	64.788	49.965
Perdas e provisões de ativos	(744)	47.036
Resultado na venda de ativos permanentes	803	1.632
Equivalência patrimonial	(28)	7.116
Perdas cambiais	8.581	1.503
Despesas/receitas de juros e relacionadas, líquidas	(3.352)	6.753
Despesas de remuneração com base em ações	3.573	3.546
Provisões	13.748	23.498
Resultado ajustado	205.433	170.391
Variações nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(249.118)	(242.411)
Estoques	(285.580)	(140.733)
Tributos a recuperar	(11.378)	(26.428)
Depósitos judiciais e outros	(367)	(6.489)
Demais contas a receber	(1.001)	(10.633)
Fornecedores	5.740	(21.833)
Cessão de crédito por fornecedores	11.428	279.718
Derivativos fornecedores	49.917	79.340
Imposto de renda e contribuição social pagos	(96)	-
Tributos a recolher	(4.827)	22.343
Salários e encargos sociais	8.055	10.649
Contas a pagar	17.280	29.392
Juros da operação	(6.512)	(90.140)
Demais contas a pagar	1.672	(1.286)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(259.354)	51.880
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital nas investidas	(316)	(385)
Compra de ativo imobilizado	(523.067)	(394.746)
Compra de intangíveis	(163.075)	(139.822)
Recebimento pela venda de ativos de natureza permanentes	15.349	9.727
Hedge Investimentos	(177)	-
Mútuos ativos	1	3
Juros recebidos	2.514	1.577
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(668.771)	(523.646)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos - principal	(52.632)	(18.727)
Pagamento de empréstimos - juros	(7.794)	(3.609)
Integralização de capital	1.008.937	450.300
Mútuos passivos	4.333	1.773
Caixa líquido proveniente das (aplicadas) atividades de financiamentos	952.844	429.737
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	24.719	(42.029)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.787	105.816
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	88.506	63.787
Varição do equivalente de caixa	24.719	(42.029)
Transações que não envolveram o caixa	16.550	30.428
Aquisição de ativo imobilizado	16.550	30.428

tes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de hedge que visam a cobertura dos riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma

receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Intangíveis: a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 4,9 anos. **b. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 14,1 anos. **2.9 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média a seguir:

Anos	
Edificações e benfeitorias	23,5
Máquinas, equipamentos e instalação	16,3
Veículos	8,6
Móveis e utensílios	18,8
Ferramentas e vasilhames	5,7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11 Ativos e passivos mantidos para venda:** Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregados e propriedade para investimentos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado, na conta de operações descontinuadas. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13 Cessão de crédito por fornecedores:** Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Brainfarma. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito por fornecedores", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor. **2.14 Empréstimos, financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a

título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.17 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.18 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.19 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.20 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.21 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

Anos	
Edificações	4,
Veículos	3,0

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente,

pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Julgamentos contábeis críticos: Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. **3.2 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo: **a. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 17). **b. Perda (impairment) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.4. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 27), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 17 e 18). **c. Contingências passivas:** A nota 25 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. **4 Gestão do risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2021		2020	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Passivo				
Fornecedores	1.200	6.688	3.282	17.047
Cessão de crédito por fornecedores	44.788	249.463	48.697	254.601
Instrumentos derivativos que mitigam riscos (*)	(156.522)	(871.804)	(181.583)	(943.161)
Exposição líquida (*) valores nacionais	(110.534)	(615.653)	(129.604)	(671.513)

Tipo (em R\$ milhares)	Valor de referência (nacional)		Valor justo a receber (a pagar)		Ganhos/perdas realizadas	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Moeda estrangeira						
Contratos a termo	871.804	943.161	(12.459)	(20.249)	48.299	79.340
Posição comprada	1.013.327	1.051.801	(15.285)	(19.659)	54.856	82.724
Posição vendida	(141.523)	(108.640)	2.826	(590)	(6.557)	(3.384)
Total	871.804	943.161	(12.459)	(20.249)	48.299	79.340

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA. **h. Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 6,60% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Risco (em R\$ milhares)	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	25% de oscilação	50% de oscilação	25% de oscilação	50% de oscilação	25% de oscilação	50% de oscilação
Apreciação	5,324	5,818	4,178	6,964	2,786	8,357
Depreciação	(178.766)	(178.766)	(217.493)	(217.493)	(434.985)	(434.985)
Total	178.224	178.224	216.833	216.833	433.667	433.667

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação da TR e CDI:

	2021	2020
Financiamentos (TR)	-	47.133
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(87.580)	(62.989)
Exposição líquida	(87.580)	(15.856)

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

	2021		2020	
	Entre 12 meses	Entre 12 meses e mais	Entre 12 meses	Entre 12 meses e mais
Empréstimos e financiamentos	9.158	4.914	137	14.209
Fornecedores	250.018	-	-	250.018
Cessão de crédito por fornecedores	397.465	-	-	397.453
Contas a pagar	106.053	7.328	-	113.393
Instrumentos financeiros derivativos	17.257	-	-	17.257
Exposição líquida	779.951	12.242	137	792.330

	2021		2020	
	Entre 12 meses	Entre 12 meses e mais	Entre 12 meses	Entre 12 meses e mais
Empréstimos e financiamentos	19.340	18.595	33.363	9.437
Fornecedores	228.024	-	-	228.024
Cessão de crédito por fornecedores	386.550	-	-	386.550
Contas a pagar	97.937	7.217	-	105.154
Instrumentos financeiros derivativos	36.966	-	-	36.966
Exposição líquida	768.817	25.812	33.363	9.437

f. Derivativos: No ano de 2021 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2021, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 871.804 (Em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 943.161). Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 12.459 (Em 31 de dezembro de 2020 perdas de R\$ 20.249). Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

	Valor de referência (nacional)		Valor justo a receber (a pagar)		Ganhos/perdas realizadas	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Moeda estrangeira						
Contratos a termo	871.804	943.161	(12.459)	(20.249)	48.299	79.340

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constantes todos os demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nos mesmos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2022.

Cenário	Variação provável de 25%		Variação de 50%	
	(2.140)	(1.671)	(3.341)	(1.671)
Total do efeito perda (ganho)	(2.140)	(1.671)	(3.341)	(1.671)

Premissas cenário provável: CDI previsto 10,26% a.a. **5 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim sumarizados:

	2021	2020
Total dos empréstimos, financiamentos (Nota 21)	13.436	69.200
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(88.506)	(63.787)
Dívida líquida	(75.070)	5.413
Total do patrimônio líquido	2.973.796	1.862.100
Patrimônio líquido ajustado	2.898.726	1.867.513
Índice de alavancagem financeira - %	N.A.	0,29%

6 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor

De acordo com as características da hedge, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (hedge accounting), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para hedge accounting, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de hedge. A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração. **Hedges de fluxos de caixa:** A Companhia adota o hedge de fluxo de caixa para a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	2021	
				Saldo ativo/passivo	Ganho no resultado abrangente
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	44.081	(44.081)	-
NDF	USD vs. BRL	Fluxo de Caixa	44.081	(133)	(835)
NDF Compras	USD vs. BRL	Fluxo de Caixa	409.309	(9.229)	(9.229)
NDF Capex	USD vs. BRL	Fluxo de Caixa	26.452	83	83

As operações de Hedges de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de Hedge 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 5,8209 para NDFs de Fornecedores e BRL/USD 5,8000 para NDFs de Compras Futuras e BRL/EUR 6,4273 e BRL/USD 5,7099 para NDFs de Capex. O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente e ajuste de hedge accounting diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 Instrumentos financeiros por categoria:

	2021				
	Valor justo por outros resultados amortizados	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial					
Contas a receber de clientes (Nota 11)	734.022	-	-	-	-734.022
Aplicações financeiras (Nota 10)	87.580	-	-	-	-87.580
Caixa e bancos (Nota 10)	926	-	-	-	-926
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.100	-	-	3.307
Outros ativos (Nota 14)	17.689	-	-	-	-17.689
	<u>840.217</u>	<u>3.100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.307</u>

Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial

	2021				
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por outros resultados	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 21)	-	-	13.436	-	-13.436
Fornecedores (Nota 19)	-	-	250.018	-	-250.018
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 20)	-	-	397.453	-	-397.453
Contas a pagar	-	-	98.074	-	-98.074
Instrumentos financeiros derivativos	15.447	-	-	-	3.419
Outros ativos (Nota 14)	15.447	-	-	-	18.866
	<u>15.447</u>	<u>-</u>	<u>758.981</u>	<u>-</u>	<u>3.419</u>

Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial

	2021				
	Valor justo por outros resultados amortizados	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa
Contas a receber de clientes (Nota 11)	484.904	-	-	-	-484.904
Aplicações financeiras (Nota 10)	62.989	-	-	-	-62.989
Caixa e bancos (Nota 10)	798	-	-	-	-798
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.814	(1.664)	-	2.072
Outros ativos (Nota 14)	20.299	-	-	-	-20.299
	<u>568.990</u>	<u>4.814</u>	<u>(1.664)</u>	<u>-</u>	<u>2.072</u>

Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial

	2021				
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por outros resultados	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 21)	-	-	69.200	-	-69.200
Fornecedores (Nota 19)	-	-	228.024	-	-228.024
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 20)	-	-	386.550	-	-386.550
Contas a pagar	-	-	93.017	-	-93.017
Instrumentos financeiros derivativos	14.372	-	-	-	11.099
Outros ativos (Nota 14)	14.372	-	-	-	25.471
	<u>14.372</u>	<u>-</u>	<u>776.791</u>	<u>-</u>	<u>11.099</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. **9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	2021	2020
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	88.502	63.785
	<u>88.502</u>	<u>63.785</u>

O saldo residual do item "caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

Ativos financeiros derivativos

	2021	2020
AAA	6.407	4.020
AA	-	708
A-	-	494
	<u>6.407</u>	<u>5.222</u>

(*) Fonte: agências de risco Moody's, Standard & Poor's ou Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

10 Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Caixa e bancos	926	798
Aplicações financeiras:		
Operações compromissadas	643	1.341
CDB	86.937	61.648
	<u>87.580</u>	<u>62.989</u>
	<u>88.506</u>	<u>63.787</u>

As aplicações financeiras têm rendimento entre 98,0% e 101,9% (em 31 de dezembro de 2020 entre 96,5% e 102,5%) da variação do CDI, com média ponderada de 100,7% (em 31 de dezembro de 2020 de 99,99%).

11 Contas a receber:

	2021	2020
Clientes no país	2.885	3.322
Clientes - partes relacionadas (Nota 29)	733.996	484.541
	<u>736.881</u>	<u>487.763</u>
Perda de crédito esperada	(2.859)	(2.859)
	<u>734.022</u>	<u>484.904</u>

Os valores justos das contas a receber de clientes aproximam-se dos valores contábeis acima por serem todos valores de realização no curto prazo. A constituição e a baixa da provisão para perda de crédito esperada foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na Nota 21 (a).

12 Estoques:

	2021	2020
Produto acabado e revenda	74.958	76.363
Produto semiacabado	92.693	47.015
Matéria-prima	647.566	443.069
Manutenção e suprimentos	120.527	88.012
Provisão para perdas	(61.793)	(55.342)
	<u>873.951</u>	<u>599.117</u>

b. Equivalência Patrimonial:

Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2021		Participação %	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2021	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2021	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2020
	Quantidade de ações e quotas	Valor					
	30.353.435	46.731	100%	361	46.731	(5.871)	46.370

17 Imobilizado:

	2021		Participação %	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2021	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2021	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2020
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias					
Máquinas equipamentos e Instalações	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total em operação	-	-	-	-	-	-	-
Imobilização em andamento*	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado total	-	-	-	-	-	-	-

Ativos próprios

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2020	3.216	225.580
Adições	12	188.449
Baixa	(156)	(3.103)
Depreciação	(9.145)	(29.787)
Transferência	3.268	92.664
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.216	219.559

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2020	-	5.265
Adições	410	-
Baixa	-	-
Amortização	(850)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.825	-

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.216	224.384
Adições	17.063	-
Baixa	-	-
Depreciação	(9.565)	(41.902)
Transferência	2.885	166.019
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.279	212.879

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	4.825
Adições	2.412	64
Amortização	(281)	(746)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(281)	6.491

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	20.279	229.681
Adições	(10.311)	(42.146)
Depreciação	(821)	(2.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.998	219.370

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	17.063	170.375
Adições	-	(9.874)
Depreciação	(9.565)	(41.902)
Transferência	2.885	166.019
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.279	229.681

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	4.825
Adições	2.412	64
Amortização	(281)	(746)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(281)	6.491

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	20.279	229.681
Adições	(10.311)	(42.146)
Depreciação	(821)	(2.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.998	219.370

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	17.063	170.375
Adições	-	(9.874)
Depreciação	(9.565)	(41.902)
Transferência	2.885	166.019
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.279	229.681

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	4.825
Adições	2.412	64
Amortização	(281)	(746)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(281)	6.491

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	20.279	229.681
Adições	(10.311)	(42.146)
Depreciação	(821)	(2.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.998	219.370

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	17.063	170.375
Adições	-	(9.874)
Depreciação	(9.565)	(41.902)
Transferência	2.885	166.019
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.279	229.681

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	4.825
Adições	2.412	64
Amortização	(281)	(746)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(281)	6.491

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	20.279	229.681
Adições	(10.311)	(42.146)
Depreciação	(821)	(2.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.998	219.370

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	17.063	170.375
Adições	-	(9.874)
Depreciação	(9.565)	(41.902)
Transferência	2.885	166.019
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.279	229.681

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	4.825
Adições	2.412	64
Amortização	(281)	(746)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(281)	6.491

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	20.279	229.681
Adições	(10.311)	(42.146)
Depreciação	(821)	(2.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.998	219.370

Ativos de direito de uso - arrendamentos

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro de 2021	17.063	170.375
Adições	-	(9.874)
Depreciação	(9.565)	(41.902)
Transferência	2.885	166.019
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.279	229.681

	Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para									
	Passivos					Hedge de Empréstimos LP		Patrimônio Líquido		
	Empres- timos, financia- mentos e debêntures	Tributos a Recolher	Partes Relacio- nadas	Divi- dendos a pagar	Arrenda- mentos Mercantis	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrí- mônio Líquido	Total	
Pagamento de empréstimos - juros	(2.773)	-	-	-	(836)	-	-	-	(3.609)	
Mútuos passivos	-	-	1.773	-	-	-	-	-	1.773	
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(19.983)	-	1.773	-	(2.353)	-	-	450.300	429.737	
Outras variações										
Baixa	-	-	-	-	(1.134)	-	-	-	(1.134)	
Adições	-	-	-	-	3.102	-	-	-	3.102	
Tributos a recolher	-	23.352	-	-	-	-	-	-	23.352	
Juros apropriados	10.122	-	-	-	1.020	-	-	-	11.142	
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	3.067	-	3.067	
Remensuração	-	-	-	-	462	-	(409)	-	53	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	18.545	-	18.545	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(4.630)	-	(4.630)	
AVJ - Hedge Fornecedores	-	-	-	-	-	17.748	(17.748)	-	-	
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	-	-	(21.652)	39.882	-	18.230	
Total das outras variações relacionadas com passivos	10.122	23.352	-	-	3.450	(3.904)	22.134	16.573	71.727	
Em 31 de dezembro de 2020	69.200	38.180	2.665	-	9.083	(5.222)	25.471	1.862.100	2.001.477	

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Composição dos tributos diferidos ativos: Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal acumulados, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização considerando a geração de resultados tributáveis, a partir de 2021.

	2021	2020
Crédito tributário		
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	5.316	5.316
Provisão para contingências	5.231	4.133
Perda de crédito esperada	978	978
Provisão para estoques	21.010	18.816
Provisões trabalhistas	13.686	13.892
Stock Option realizada	3.001	3.366
Outras diferenças temporárias	37.611	34.605
Total do crédito tributário	86.833	81.106

(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente) (75.511) (81.106)

Saldo remanescente do crédito tributário 11.322 -

b. Passivos fiscais diferidos: Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias.

	2021	2020
Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais:		
Valor justo do imobilizado - combinações de negócios	18.724	19.841
Diferença de taxa contábil e fiscal de imobilizados	103.887	80.094
Gastos com capitalização a realizar	10.826	10.952
Outros	1.136	1.122
Total do débito tributário	134.573	112.009

(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma natureza (75.511) (81.106)

Saldo remanescente do passivo diferido 59.062 30.903

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	118.064	29.342

Alíquota combinada - % 34% 34%

Despesa de IR/CS à alíquota combinada	(40.142)	(9.952)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(2.419)
Incentivo de pesquisa e desenvolvimento	10.799	8.323
Juros e correções de natureza indenizatória s/ativos tributários	293	6.052
Despesas não dedutíveis (permanentes)	(7.169)	(12.801)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(36.210)	(10.797)
Corrente	-	(4.532)
Diferido	(36.210)	(6.265)
Operações continuadas	(36.210)	(10.797)
	-31%	-37%

23 Tributos a recolher:

ICMS a recolher	36.342	36.731
IPI/PIS/COFINS a recolher	1.445	321
Outros impostos a recolher	3.267	1.128
	41.054	38.180

24 Contas a pagar:

Fretes a pagar	4.426	3.051
Serviços prestados	50.485	42.920
Compras de ativo fixo	16.580	30.428
Arrendamentos mercantis (i)	9.502	9.083
Provisão de impostos sobre provisão de perdas de estoques	15.319	12.137
Partes Relacionadas	7.055	2.665
Outras	10.026	4.870

25 Contingências passivas: a. Provisões para contingências: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévios e/ou judiciais relacionados às contingências:

	2021				2020			
	Prognóstico		Contingência		Prognóstico		Contingência	
	de perda provável	Depósito judicial	líquida de depósito judicial	de perda provável	Depósito judicial	líquida de depósito judicial	de perda provável	Depósito judicial
Cível (i)	37	-	37	-	-	-	-	-
Trabalhista (ii)	3.580	(1.320)	2.260	2.528	(949)	1.579	-	-
Tributária (iii)	-	-	-	2	(2)	-	-	-
Administrativas/outras (iv)	11.770	(41)	11.729	9.625	-	9.625	-	-
Responsabilidade de Ex-Proprietários	577	-	577	1.189	-	1.189	-	-
	15.964	(1.361)	14.603	13.344	(951)	12.393	-	-
Movimentação das Contingências	2020	Atualização	Monetária	Adições	Reversões	Pagamentos	2021	
Cível	-	-	-	85	(48)	-	37	
Trabalhista	2.528	252	2.074	(1.274)	-	-	3.580	
Tributária	2	-	-	(2)	-	-	-	
Administrativas/outras	9.625	1.065	1.293	(213)	-	-	11.770	
Responsabilidade de Ex-Proprietários	1.189	-	34	(646)	-	-	577	
	13.344	1.317	3.486	(2.183)	-	-	15.964	
Depósitos Judiciais	(951)	-	(702)	292	-	-	(1.361)	
	12.393	1.317	2.784	(1.891)	-	-	14.603	

(i) Cível: São aproximadamente 12 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 37.

(ii) Trabalhista: São aproximadamente 78 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 3.580.

(iii) Tributária: São aproximadamente 79 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 2.

(iv) Administrativas/outras: São aproximadamente 17 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 11.770.

b. Contingências possíveis - (Responsabilidade da Companhia e dos Ex-Proprietários): A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios, que pela atual avaliação de probabilidade de perda, estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual. A Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda possível, nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários. O valor da perda possível dos processos está estimado em R\$ 163.946, sendo R\$ 953 referente a processos cíveis (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 1.014), R\$ 7.126 referente a processos trabalhistas (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 7.065), R\$ 347 referente a processos administrativos regulatórios e outros (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 196) e R\$ 155.520 referente a processos de responsabilidade dos Ex-Proprietários (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 154.389).

26 Capital social e reservas: a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021, totalmente integralizado é de R\$ 2.708.560 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 1.663.560), representado por 910.696.658 (em 31 de dezembro de 2020 - 559.667.559) ações ordinárias. Em 03 de fevereiro de 2021, o capital social foi aumentado em R\$ 87.950 (oitenta e sete milhões e novecentos e cinquenta mil reais), mediante a 29.699.706 (vinte e nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 2,961308796 cada ação, a serem futuramente emitidas ("Novas Ações"). Em 09 de março de 2021, o capital social foi aumentado em R\$ 602.050 (seiscentos e dois milhões e cinquenta mil reais). Em 11 de agosto de 2021, o capital social foi aumentado em R\$ 355.000 (trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 118.929.835 (cento e dezoito milhões, novecentos e vinte e nove mil, oitocentos e trinta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 2,984953264 cada ação. **b. Reserva de capital: Opções de compra de ações:** Foram aprovados em AGE's, pelos acionistas da Hypera S.A., controladora da Companhia, para os seus executivos e de suas subsidiárias, abrangendo os executivos da Brainfarma, os Programas de Opção de Compra de Ações, nas seguintes datas:

Reuniões do Conselho de Administração - RCA

Plano II

Programa 2009	17 de dezembro de 2009
Programa 2010	06 de agosto de 2010
Programa 2011	02 de fevereiro de 2011

Plano III

Programa 2011	26 de dezembro de 2011
Programa 2013	03 de maio de 2013
Programa 2014	21 de fevereiro de 2014
Programa 2014-A	30 de dezembro de 2014
Programa 2017	11 de abril de 2017

27 Receita: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Vendas brutas de produtos e serviços	2.526.705	1.804.011
Devoluções	(4.500)	(1.329)
Resultado líquido do exercício	81.854	81.854
Compensação de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(49.595)	(49.595)
Lucro a ser destinado	32.259	32.259
Constituição da reserva legal	(1.612)	(1.612)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(4.860)	(4.860)
Base de cálculo dos dividendos	25.787	25.787
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.447)	(6.447)
Dividendos adicionais propostos	(19.340)	(19.340)
	(25.787)	(25.787)

28 Composição das contas de resultado: a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos:

	2021	2020
Impostos	(259.044)	(181.488)
Receita líquida	2.263.161	1.621.194

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2021	2020
Perdas (Ganhos) eventuais	(30.473)	7.010
Receitas de alugueis	2.340	2.594
Contingências cíveis e trabalhistas	(4.133)	222
	(32.266)	9.826

c. Receitas financeiras:

	2021	2020
Juros ativos	1.433	746
Rendimentos de aplicações financeiras	3.353	2.266
	4.786	3.012

d. Despesas financeiras:

	2021	2020
Juros sobre financiamentos e empréstimos	2.631	(6.950)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(1.299)	(227)
Atualizações monetárias de contingências	(1.317)	(1.073)
Juros e comissões sobre carta de fiança	(102)	(23)
Custo de Hedge e variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	(8.582)	(1.630)
Outros	(293)	(348)
Reversão de ajuste a valor presente	(10.015)	(11.268)

O plano é administrado pelo Conselho de Administração da Hypera e tem como objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações da Hypera. Nesta conta são registradas as opções de outorga de ações pelos colaboradores da Companhia. **Plano de Concessão de ações em regime de Matching:** Foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, os Programas de Opção de Compra de Ações (nas datas de 23 de fevereiro de 2018, 21 de fevereiro de 2019 e 23 de março de 2021) regime de Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017, PPR 2018, PPR 2019 e PPR 2020 a 2025 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance"). O prazo de carência de 1 ano para até 25% das opções outorgadas, 2 anos para até 50%, 3 anos para até 75%, 4 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de no mínimo, 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais. **Plano de Outorga de Ações Restritas:** Em AGE's realizada em 14 de abril de 2016 e aditado em 19 de abril de 2018 e em 24 de abril de 2019, foram aprovados os Planos de Outorga de Ações Restritas, que tem por objetivo permitir a outorga de direitos em receber as Ações Restritas aos colaboradores elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, com vistas a atrair e reter executivos da Companhia. **c. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária de 09 de maio de 2021 foi integralizado, mediante a utilização de crédito resultante de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, o valor de R\$ 337.950 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais) correspondente a 113.945.915 (cento e treze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quinze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **d. Reserva de lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **e. Ajuste de avaliação patrimonial:** A companhia reconhece nesta rubrica a variação de valor de aquisição de empresas liquidadas com ações e ganhos ou perdas em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais, o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de hedge. **f. Proposta de destinação do resultado:** Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2021:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	81.854	81.854
Compensação de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(49.595)	(49.595)
Lucro a ser destinado	32.259	32.259
Constituição da reserva legal	(1.612)	(1,612)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(4.860)	(4,860)
Base de cálculo dos dividendos	25.787	25.787
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.447)	(6,447)
Dividendos adicionais propostos	(19.340)	(19,340)
	(25.787)	(25,787)

27 Receita: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Vendas brutas de produtos e serviços	2.526.705	1.804.011
Devoluções	(4.500)	(1.329)

29 Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com a Companhia e demais empresas do Grupo Hypera, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do Grupo estão demonstradas a seguir:

	2021					
	Outros valores a receber (*)	Indenização de acionistas	Mútuos a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	-	-	-	-	-	-
Hypera S.A.	666.796	8.192	-	-	-	(5.845)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	67.200	-	-	-	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	-	-	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	-	-	-	-
João Alves de Queiroz Filho	-	-	3.383	-	-	-
	733.996	8.192	3.383	-	-	(5.845)

2020

	2020					
	Outros valores a receber (*)	Indenização de acionistas	Mútuos a receber</			

Aos Administradores e Acionistas **Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Processo de investigação:** Conforme mencionado na Nota 30 (a) às demonstrações financeiras, em virtude da investigação conduzida pelo Ministério Público Federal, com medidas determinadas pelo Poder Judiciário, no contexto da denominada "Operação Tira-Teima" que versa sobre atos decorrentes e/ou relacionados com acordos de colaboração premiada celebrados pelo ex-diretor de Relações Institucionais da Hypera S.A. (controladora da Companhia) e que confirmou o pagamento de despesas indevidas

entre 2013 e 2016, o Conselho de Administração da Hypera S.A. deliberou, entre outros temas, pela constituição de um Comitê Especial Independente que coordenou uma investigação visando a apuração de fatos, com o apoio de especialistas independentes. A investigação foi concluída e indicou que foram realizados pagamentos comprovadamente indevidos, os quais foram reembolsados pelo acionista controlador e pelo ex-administrador. A Hypera S.A. tem colaborado com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes com o apoio de assessores especializados e avalia a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva do assunto, incluindo as hipóteses de celebração de acordos com as autoridades competentes. No momento, a administração concluiu que não tem como avaliar de forma precisa e confiável eventuais impactos adicionais resultantes dos fatos relacionados à "Operação Tira-Teima". Nossa conclusão não está ressaltada em relação a esse assunto. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para as Notas 1 e 29 às demonstrações financeiras, que descrevem que as vendas das mercadorias produzidas pela Companhia são substancialmente realizadas para sua controladora Hypera S.A., mantendo assim um elevado grau de dependência. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo

de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2022



pwc

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9